



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA BENTO XVI AOS PREFEITOS DAS PROVÍNCIAS DA ITÁLIA

Sala Clementina

Sexta-feira, 14 de Outubro de 2011

Senhor Ministro

Ilustres Prefeitos

Estou feliz por me encontrar convosco, de modo particular neste ano em que — como foi recordado — se celebra o sesquicentenário da unidade da Itália, e dirijo a todos a minha saudação deferente e cordial, bem consciente da importância da função prefeitoral na articulação do Estado italiano. Dirijo uma saudação especial ao Senhor Ministro do Interior, Dep. Roberto Maroni, agradecendo-lhe as amáveis expressões que me quis dirigir, interpretando os sentimentos de todos. Vós vindes das Províncias da Península inteira, onde são incontáveis os testemunhos da presença do Cristianismo, que ao longo dos séculos fecundou a cultura italiana, suscitando uma civilização rica de valores universais. Com efeito, em toda a parte é possível observar os vestígios que a fé cristã imprimiu nos costumes do povo italiano, dando vida a tradições religiosas e culturais nobres e arraigadas, e a um património artístico singular no mundo.

Portadora de uma mensagem de salvação válida para o homem de todos os tempos, a Igreja católica está bem radicada e é vigorosa, de modo minucioso, no território italiano. Trata-se de uma realidade viva e vivificante, como o fermento de que fala o Evangelho (cf. *Mt* 13, 33); uma presença significativa, caracterizada pela proximidade às pessoas, para compreender quais são as suas necessidades mais profundas, na lógica da disponibilidade para o serviço. São numerosas as exigências e as expectativas às quais devem corresponder o anúncio do Evangelho e as iniciativas da solidariedade fraterna. Quanto mais urgentes são as necessidades, tanto mais a presença da Igreja se esforça por ser solícita e rica de frutos. No respeito pelas autonomias e competências legítimas, a Comunidade eclesial considera seu mandato específico

dirigir-se ao homem em todos os seus contextos: na vida cultural, no trabalho, nos serviços e no tempo livre. Consciente de que «todos dependem de todos», como escrevia o beato João Paulo II (*Sollicitudo rei socialis*, 38), ela deseja construir, juntamente com os outros protagonistas institucionais e as várias realidades territoriais, uma sólida plataforma de virtudes morais, sobre a qual edificar uma convivência à medida do homem. Nesta sua missão, a Igreja sabe que pode contar com a colaboração concreta e cordial dos Prefeitos, que desempenham funções de impulso e de coesão social e de garantia dos direitos civis, constituindo um importante ponto de referência para os vários componentes territoriais. A este propósito, ao sublinhar com grande prazer as relações de proximidade estreita e de cooperação profícua que as Prefeituras mantêm com as Dioceses e com as Paróquias, desejo encorajar cada um a continuar no sulco deste entendimento mútuo, no interesse dos cidadãos e do bem comum.

Ilustres Prefeitos, sei que vos esforçais por desempenhar o vosso ofício importante e o vosso serviço qualificado à Nação com dedicação sincera às Instituições e, ao mesmo tempo, com atenção às exigências das entidades locais e diversificadas problemáticas empresariais, familiares e pessoais. Com efeito, a figura do Prefeito é vista pela opinião pública cada vez mais como um ponto de referência territorial para a solução dos problemas sociais e como instância de mediação e de garantia dos serviços públicos essenciais. Na vossa responsabilidade, a nível provincial, em relação à ordem e à segurança pública, sois postos como referências unitárias e principais promotores e garantes do critério de colaboração leal num sistema pluralista. A este propósito, não esqueçais que «a administração pública, a qualquer nível [...] como instrumento do Estado, tem por finalidade servir os cidadãos... O papel de quem trabalha na administração pública não se deve conceber como algo impessoal e burocrático, mas como uma ajuda diligente aos cidadãos, desempenhado com espírito de serviço» (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, n. 412).

Além disso, a vossa delicada função institucional constitui como que uma defesa para as categorias mais frágeis, e torna-se ainda mais complexo e gravoso devido às presentes circunstâncias de incerteza social e económica. Não desanimeis perante as dificuldades e incompreensões, mas permaneçei sempre prontos para abordar as questões que vos são confiadas, com grande sentido de dever e prudência, sem jamais faltar ao respeito pela verdade e à coragem da defesa dos bens supremos. A este propósito, dirijo-me espontaneamente com o pensamento à luminosa figura de santo Ambrósio, vosso padroeiro celeste, que inesperadamente — como sabeis — foi chamado ao Episcopado, e assim teve que abandonar uma brilhante carreira de alto funcionário público; e ainda não era baptizado! Este santo Bispo admirava e amava o Império romano, que ele tinha servido leal e generosamente até aos 35 anos de idade, antes de ser escolhido como Pastor da Igreja ambrosiana. Tal consideração pela Autoridade legítima, cultivada desde a juventude, saiu fortalecida da graça do Baptismo, a tal ponto que ele amava apaixonadamente a Igreja, não apenas na sua riqueza espiritual de verdade e de vida, mas inclusive na realidade dos seus Organismos e dos homens que a compõem, de modo especial os pobres e os últimos. Num certo sentido, ele soube transferir para o exercício do

ministério pastoral as características substanciais daquele *habitus*, que o distinguiu e o expôs à admiração de muitas pessoas, como funcionário civil integérrimo. Por outro lado, quando se tornou Bispo, soube indicar aos responsáveis das Instituições civis aqueles valores cristãos que dão novo vigor e renovado esplendor à obra de quantos estão comprometidos na vida pública.

No seu comentário ao Evangelho de são Lucas, santo Ambrósio afirma: «A instituição do poder civil deriva tão bem de Deus, que quantos o exercem são inclusive ministros de Deus» (*In Lc. 4, 29*). Por isso, também a função civil é tão eminente e insigne que chega a revestir um carácter quase «sagrado»; portanto, ela exige que seja exercida com grande dignidade e com um profundo sentido de responsabilidade. Este santo Bispo e Doutor da Igreja, animado por grande amor e respeito, tanto pelas Instituições estatais como pelas eclesiais, constitui um exemplo extraordinário de rectidão, especialmente pela sua lealdade à lei e a firmeza contra as injustiças e as opressões, assim como pela sua parrésia, com a qual exortava também os poderosos, e a todos ensinava os princípios da liberdade autêntica e do serviço. Ele escrevia: «O Apóstolo [Paulo] ensinou-me o que vai mais além da própria liberdade, ou seja, que servir também é liberdade. “Embora fosse livre da sujeição a qualquer pessoa, fiz-me servo de todos” [*1 Cor 9, 19*]... Portanto, para o sábio servir também é liberdade» (*Ep. 7, 23-24*).

Inclusive vós, como altos representantes do Estado, no exercício das vossas responsabilidades, sois chamados a unir respeitabilidade e profissionalidade, sobretudo nos momentos de tensão e de contrastes. O testemunho de santo Ambrósio vos sirva de estímulo e de encorajamento, a fim de que o vosso trabalho possa estar todos os dias ao serviço da justiça, da paz, da liberdade e do bem comum. Deus não deixará de secundar os vossos esforços, enriquecendo-os com frutos abundantes, para uma difusão cada vez mais ampla e minuciosa da civilização do amor. Com estes bons votos, e para a sua confirmação, invoco sobre todos vós a Bênção do Todo-Poderoso. Obrigado!